

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.413 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 4 DE DEZEMBRO DE 2001

Althoff quer mudar legislação para dificultar a prática de irregularidades



Sai hoje relatório que aponta irregularidades no futebol

Com 1.600 páginas, documento que será apresentado a partir das 9h30 propõe punição de dirigentes de clubes, federações e CBF

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga denúncias no futebol toma conhecimento hoje, a partir das 9h30, do relatório final dos trabalhos, que será apresentado pelo senador Geraldo Althoff. Com 1.600 páginas, o documento

propõe punição de dirigentes acusados de praticar irregularidades. No relatório, Althoff sugere também nova legislação para o futebol brasileiro, com mais fiscalização e menos liberdade de atuação de presidentes de clubes e associações.

PÁGINA 3

Projeto exige exame psicológico periódico de motorista profissional

O Plenário volta a discutir hoje o projeto que obriga o motorista profissional a fazer exames psicológicos a cada cinco anos. Se o motorista tiver 65 anos ou mais, o prazo cai para três anos. O relator Romeu Tuma é a favor da proposta

PÁGINA 2



O senador Bernardo Cabral (*sentado*) conversa com o diretor-geral da Aneel, José Mário Abdo (*em pé*), na audiência pública promovida ontem pela CCJ para mediar acordo entre concessionárias e cooperativas distribuidoras de eletrificação rural

Senadores buscam acordo sobre eletrificação rural

PÁGINA 7

Tebet quer votar nova tabela do IR ainda este ano

O projeto que corrige a tabela do Imposto de Renda pode ser votado ainda este ano, diz o presidente do Senado, Ramez Tebet. Ele não crê, porém, na rápida votação do projeto que muda a CLT.

PÁGINA 4

Estímulo para economizar energia em debate na CAE

Dois projetos serão analisados hoje. Um proíbe a cobrança de taxa mínima de energia de residências, outro determina a utilização de energia solar para aquecimento em novos edifícios.

PÁGINA 5

Plenário discute exame psicológico periódico para motorista profissional

Também pode ser votada hoje, em segundo turno, proposta de Geraldo Melo que transfere para estado produtor cobrança de ICMS sobre operação interestadual com petróleo e energia elétrica

O Plenário do Senado volta a discutir hoje o projeto que obriga o motorista profissional a se submeter a exames psicológicos a cada cinco anos ou a cada três anos se o motorista tiver 65 anos ou mais de idade. A matéria esteve em debate no dia 1º de novembro, mas a votação foi adiada.

A matéria chega ao Plenário depois de intenso debate na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Ela recebeu parecer favorável do relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP), mas teve oposição do senador Roberto Freire (PPS-PE), que apresentou voto em separado, contrário ao exame psicológico periódico.

Atualmente, só os candidatos a motorista profissional são obrigados a fazer exame psicológico. Os Detrans também podem exigir o exame caso o motorista profissional se envolva em acidente com vítimas. O senador Romeu Tuma concorda com o autor da proposta, deputado Geovan Freitas (PMDB-GO), o qual sustenta que os motoristas profissionais são submetidos a intenso estresse a ponto de levá-los a apresentar problemas psicológicos. Assim, o exame periódico ajudaria a reduzir acidentes.

Já Roberto Freire argumenta



Romeu Tuma apresentou relatório favorável ao exame psicológico periódico

que não existem estatísticas que comprovem a necessidade do exame a cada cinco anos. Além

disso, diz Freire, a lei já exige do motorista envolvido em acidente a realização desse exame. Durante os debates na CCJ, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou que poderia apresentar requerimento remetendo a proposta ao exame da Comissão de Educação.

O Plenário pode votar hoje, em segundo turno, proposta de emenda à Constituição do senador Geraldo Melo (PSDB-RN) que transfere para o estado produtor a cobrança de ICMS sobre as operações interestaduais com petróleo, lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos e energia elétrica.

Comissão analisa nomes de três novos embaixadores

As indicações dos novos embaixadores do Brasil na República Argentina, na Bélgica e na República de Maurício serão analisadas hoje pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), a partir das 17h30.

Para a embaixada na Argentina foi indicado José Botafogo Gonçalves, sendo relator da mensagem o líder do governo, senador Artur da Távola (PSDB-RJ). Para a embaixada no Reino da Bélgica foi designado Synesio Sampaio Goes Filho, em mensagem distribuída ao senador José Agripino (PFL-RN). Já para a República de Maurício, o governo indicou Jório Salgado Gama Filho, que irá exercer o cargo cumulativamente com o de embaixador do Brasil junto à República da África do Sul. O relator é o senador Gilberto Messtrinho (PMDB-AM).

Língua de sinais volta a exame do Senado

A legalização da Língua Brasileira de Sinais (Libras), com a democratização do seu conhecimento para o grupo social de surdos e mudos, é o objetivo do projeto da senadora licenciada Benedita da Silva (PT-RJ) que será examinado amanhã, a partir das 10h, pela Comissão de Educação.

Em parecer favorável à proposta, o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) afirma que a medida pretende assegurar o ele-

mentar direito da comunicação a quase três milhões de pessoas no Brasil.

Essa matéria voltou ao exame do Senado, onde já havia sido aprovada, porque foi modificada na Câmara, por meio de emenda da deputada Esther Grossi (PT-RS). Ela substituiu a expressão "Língua", adotada pela senadora Marina Silva (PT-AC), por "Língua", como constava do projeto original.

Geraldo Cândido também deve-

rá relatar favoravelmente projeto de lei da Câmara dos Deputados que institui o 18 de abril, data de nascimento do escritor Monteiro Lobato, como Dia Nacional do Livro Infantil.

O relator lembra que em 2 de abril se comemora o Dia Internacional do Livro Infantil, em homenagem ao nascimento do escritor dinamarquês Hans Christian Andersen (1805-1875), autor de clássicos infantis como os livros *O Patinho Feio* e *João e Maria*.

Escolha do novo presidente da ANP em debate

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) deve votar amanhã, a partir das 14h, a indicação de Sebastião do Rego Barros Netto para o cargo de diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e a recondução de Luiz Augusto Horta Nogueira ao cargo de diretor da ANP.

Na mesma reunião, será votado projeto do senador Maguito Vilela

(PMDB-GO) que veda o horário de verão nos estados de Goiás e Tocantins e no Distrito Federal, e outro de autoria do senador Ademir Andrade (PSB-PA) que torna obrigatória a instalação de energia solar em prédios públicos e privados nos municípios com mais de 20 mil habitantes. Ambas as propostas serão analisadas em decisão terminativa.

A comissão examina ainda requerimento apresentado pelo senador Paulo Hartung (PSB-ES) para que seja realizada audiência pública sobre os possíveis impactos ambientais, sociais e econômicos, no estado do Espírito Santo e especialmente no município de Baixo Guandu, causados pela implantação da Usina Hidrelétrica de Aimorés.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 4 DE DEZEMBRO DE 2001

Presidente
Ramez Tebet

17h — Recebe o vereador Nelson Trad Filho, presidente da Câmara de Vereadores de Campo Grande, acompanhado de representantes do 2º Encontro de Presidentes de Câmaras Municipais das Capitais Brasileiras

14h45 — Recebe André Puccinelli, prefeito de Campo Grande, Paulo Roberto Ziulkoski, presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Reinaldo Azambuja Silva, prefeito de Maracaju (MS), James Nicolau Matos, diretor da CNM, e delegação de prefeitos

15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: votação, em segundo turno, da PEC nº 8/95, da nova redação ao inciso X do parágrafo 2º do artigo 155 da Constituição federal (isenção de ICMS); segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 20/01, altera a redação do artigo 159, inciso I, alínea "c", da Constituição federal (dispõe sobre o aumento de 3% para 4% do produto da arrecadação dos Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza e sobre Produtos Industrializados); PLC nº 59/00, altera a Lei nº 9.503/97, de forma a obrigar a realização de exame psicológico periódico para os motoristas profissionais; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora; e Requerimentos nºs 628/01, do senador Eduardo Suplicy, solicitando informações ao ministro da Fazenda sobre a mudança para adaptar os cálculos da dívida externa brasileira às normas internacionais e os novos critérios adotados pelo Banco Central referentes a empréstimos entre matrizes e filiais que passou a ser classificado como investimentos diretos; e 635/01, da senadora Heloisa Helena, solicitando informações ao ministro da Fazenda sobre o perfil da dívida do setor agropecuário, a partir de 1990, a serem obtidas junto aos agentes financeiros e Banco Central, inclusive os recursos dos fundos constitucionais Pronaf, Proceca, Proger Rural e BNDES/Finame.

COMISSÕES

9h30 — CPI do Futebol. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

9h30 — Comissão Mista de Orçamento Público e Fiscalização. Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

10h — Comissão de Assuntos Econômicos (opôs a ordem do dia, nova reunião). Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

11h30 — Comissão de Educação. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

14h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13

14h30 — Comissão de Revitalização do Rio São Francisco. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7

17h30 — Comissão Parlamentar Conjunta do Mercado. Câmara dos Deputados — Anexo II — Sala T/24

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Mário Marona
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

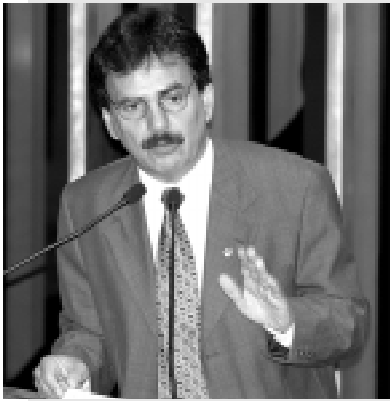
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Raque Sá, José Cruz e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



Ademir pretende limitar o valor da prestação do *leasing* a 0,7% do preço de avaliação do imóvel

Ademir quer mudar regras do "leasing" imobiliário

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) apresentou projeto de lei modificando regras dos Contratos de Arrendamento Imobiliário com opção de compra (*leasing* imobiliário), para possibilitar que esse instrumento seja mais utilizado. Para Ademir, a existência de pequeno número de contratos desse tipo se deve à falta de normas claras e de maiores garantias de longo prazo para os mutuários.

O projeto estende de três para 12 o número mínimo de prestações em atraso que permitiria, ao arrendatário, retomar o imóvel. Para Ademir, em tempos de desemprego crescente, três meses é um tempo muito exíguo para que o mutuário esteja sujeito a perder sua moradia.

Pelo projeto, o valor da prestação mensal do arrendamento não poderá exceder 0,7% do preço de avaliação do imóvel. Segundo Ademir, a falta de um limite tem levado desconfiância aos possíveis mutuários e, não raro, a prestações mais caras do que podem pagar. A proposta do senador também fixa em 16 anos o prazo máximo do contrato.

Em aparte, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) perguntou que faixa de renda será beneficiada por esses contratos imobiliários. O autor do projeto respondeu que a clientela em mente é formada por camadas da população que moram em conjuntos habitacionais ou residências populares, não se destinando à classe média.

CONGRESSO

Ademir fez um breve relato sobre o 8º Congresso do PSB, realizado em Brasília, na última sexta-feira. Segundo ele, "ficou claro que as bases partidárias desejam uma candidatura presidencial própria em 2002 e o nome do governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, foi aprovado sem contestação".

Althoff apresenta hoje relatório que aponta irregularidades no futebol

No documento que será conhecido a partir das 9h30, relator propõe punição de dirigentes da CBF, clubes e federações responsabilizados por problemas encontrados pela CPI

O senador Geraldo Althoff (PFL-SC) apresenta hoje seu relatório final sobre as investigações promovidas pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Futebol. O relator adiantou que propõe punição para dirigentes da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), de clubes e de federações que, segundo apurou a CPI, teriam prati-

cado irregularidades em suas gestões.

Althoff disse ainda que, no relatório, irá propor uma nova legislação para o futebol brasileiro, instituindo mais fiscalização e menos liberdade de atuação para dirigentes de futebol, a fim de tornar mais difícil a prática



de ilícitos e de irregularidades.

O presidente da CPI, senador Álvaro Dias (PDT-PR), informou que o relatório aponta crimes contra a ordem tributária, de evasão de divisas, de enriquecimento ilícito e de falsidade ideológica. Ele manifestou confi-

ança na aprovação do relatório de Althoff, mesmo reconhecendo haver pressões a favor de um documento paralelo. "Acredito que o bom senso prevalecerá e o relatório oficial será aprovado por ampla maioria", comentou.

A reunião deve começar às 9h30 e será realizada na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho.

"Um novo rumo para o esporte", celebra Álvaro

A votação do relatório de 1.600 páginas elaborado pelo senador Geraldo Althoff (PFL-SC) com os resultados da CPI do Futebol, hoje, pode representar o marco de um novo rumo para esse esporte no Brasil. A avaliação é do presidente da comissão, senador Álvaro Dias (PDT-PR), que em discurso ontem, no Plenário, destacou os principais pontos que nortearam os trabalhos da comissão. O senador afirmou que a preocupação da CPI foi com o "jogo sujo nos bastidores das administrações".

Com o final dos trabalhos da CPI, que se estendeu por um ano e ouviu 88 depoimentos, o senador frisou que a responsabilidade agora será do Ministério Público, para onde será encaminhado o relatório. O senador disse esperar um julgamento rigoroso da Justiça e que alguns cartolas sejam responsabilizados civil e criminalmente.

Álvaro Dias destacou que a CPI sai com uma proposta concreta de legislação com o objetivo de oxigenar a eleição dos dirigentes dos clubes de futebol. As regras propostas exigirão mais visibilidade, fiscalização e prestação de contas.

Para o senador, se houvesse uma maior fiscalização, muitos vícios e desvios do futebol, constatados pela CPI, poderiam ter sido evitados. O senador disse que foi detectada uma série de crimes, entre eles os relacionados a ordem tributária, evasão de divisas, enriquecimento ilícito e eleitorais,



Álvaro Dias: país teve prejuízos enormes com atuação de dirigentes do futebol

"praticados graças à impunidade existente no país". Álvaro frisou que os prejuízos sofridos pelo país são enormes, ressaltando que na Europa o futebol não tem a importância que tem no Brasil, mas representa 4% do PIB enquanto que, no Brasil, corresponde a apenas 1,6%.

MUDANÇAS

Em aparte, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) enfatizou que o futebol precisa de modificações profundas, entre elas a alteração do calendário e a mudança da sede do Superior Tribunal de Justiça de Desporto do Rio para Brasília. O senador José Alencar (PL-MG) afirmou que o trabalho realizado pela CPI do Senado trará contribuição efetiva para a recuperação do futebol. O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) reafirmou sua convicção da necessidade de passar a limpo o futebol brasileiro, apoiando o relatório, ao contrário do que divulgou uma emissora, que colocou seu voto em dúvida.

Cândido pede indiciamento de 14 dirigentes envolvidos

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) defendeu o indiciamento, pelo Ministério Público, de 14 dirigentes de clubes e federações envolvidos em irregularidades no futebol brasileiro, conforme propõe o senador Geraldo Althoff (PFL-SC), relator da CPI que investiga denúncias envolvendo entidades de futebol.

Cândido destacou, entre os dirigentes que constam no relatório de Althoff, o deputado Eurico Miranda (PPB-RJ), "acusado de crimes de apropriação indébita, evasão de divisas, sonegação e crime eleitoral".

Ricardo Teixeira, presidente da CBF, também está na lista e, conforme o senador, terá que explicar à Justiça o sumiço de pelo menos US\$ 400 mil.

Cândido manifestou-se solidário ao senador Geraldo Althoff, dizendo admirar a firmeza com que ele respondeu à pressão dos "interesses dessa máfia", ao lembrar que muitas pessoas tentaram desqualificar o trabalho da CPI desde a sua instalação.

Ao ressaltar o prejuízo que os crimes apurados pela CPI causam aos cofres públicos, Geraldo Cândido afirmou que os clubes de futebol devem R\$ 218 milhões à Previdência Social. O senador lembrou ainda que o presidente da Federação Paranaense de Futebol, Onaireves Rolim Moura, foi preso por apropriação indébita de recursos da Previdência Social.

O parlamentar apontou a importância da CPI do Futebol por ter trazido à tona a constatação



Geraldo Cândido elogiou a firmeza de Geraldo Althoff na condução dos trabalhos

de que os grandes clubes brasileiros movimentam, hoje, recursos dignos de grandes empresas multinacionais, e que são utilizados, muitas vezes, de maneira fraudulenta.

INVESTIGAÇÕES

Em aparte, o senador Álvaro Dias (PDT-PR), presidente da CPI do Futebol, elogiou a participação ativa de Geraldo Cândido nos trabalhos da comissão. Ele afirmou ainda ser importante que o Ministério Público dispense o aprofundamento das investigações nos casos em que as provas materiais são robustas e por si só justificam a denúncia. Dessa forma, acrescentou Álvaro Dias, os procedimentos legais para a responsabilização civil e criminal seriam agilizados.

Cândido enumerou as propostas da CPI para moralizar as entidades do futebol brasileiro, como a criação de uma legislação que responsabilize juridicamente os dirigentes.

Tebet: Senado pode votar este ano mudança no IR

Ele reafirmou, entretanto, que o projeto de alteração da CLT, se aprovado pela Câmara dos Deputados, não poderá ser votado até o final do mês pelos senadores. Lembrou que tramitação em regime de urgência exige prazo de 45 dias

O presidente do Senado, Ramez Tebet, disse ontem que acredita na aprovação pelo Senado, ainda este ano, do projeto de lei que corrige a tabela do Imposto de Renda. Segundo Tebet, a possível prorrogação dos trabalhos legislativos por mais quatro ou cinco dias, após 15 de dezembro, deve ser utilizada também para a votação desse projeto – que ainda está sendo analisado pela Câmara dos Deputados.

– O que eu percebo é que existe um consenso no Congresso para que haja uma redução do Imposto de Renda a fim de aliviar a classe trabalhadora e a classe média, e, positivamente, com isso eu estou de acordo – declarou o presidente, lembrando que a prioridade, no entanto, é a votação do Orçamento federal para o próximo ano.

ALTERAÇÕES NA CLT

Ramez Tebet reafirmou que o projeto de alterações na CLT, mesmo aprovado pela Câmara dos Deputados, não poderá ser apreciado pela Casa neste ano, porque a tramitação de urgência, quando solicitada pelo governo, totaliza o prazo de 45 dias.

A matéria só seria votada pelo Senado antes do recesso parla-



O presidente do Senado, Ramez Tebet, conversando com o deputado Paulo Paim (PT-RS), durante a sessão plenária de ontem

mentar com a concordância de todas as bancadas, e os líderes do PMDB e dos partidos de oposição já se posicionaram contra isso. Quanto à sua posição, Tebet assegurou: “Eu vou cumprir o Regimento”.

Na avaliação do senador, também já não há mais tempo para o Senado aprovar a emenda que restringe as imunidades parlamentares. Afirmou, no entanto, que podem ser votados ainda este ano, além da correção da tabela do Imposto de Renda, a proposta de Orçamento da União para 2002 e o projeto que permite participação do capital estrangeiro nos veículos de comunicação do país.

Mozarildo defende pleito dos assistentes jurídicos da União

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) destacou ontem a criação da Associação Nacional dos Assistentes Jurídicos da Advocacia Geral da União. Ele aproveitou para apelar ao relator da proposta de reforma do Poder Judiciário, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), no sentido de acolher as reivindicações da categoria já inseridas no projeto.

O tratamento institucional a ser conferido à carreira, disse o senador, deve ser compatível com a importância do papel que os seus membros desempenham. Mozarildo defendeu o aperfeiçoamento do modelo de estruturação da área consultiva da Advocacia Geral da União (AGU), com a mudança na terminologia do cargo de assistente jurídico – medida que considera urgente, dada a incompatibilidade entre a denominação e as atribuições do cargo. Tam-



Para Mozarildo, tratamento deve ser compatível com importância do cargo

bém sugeriu a implantação dos núcleos de consultoria jurídica, de modo a se reduzir a ingerência dos administradores públicos sobre o desempenho da atividade consultiva.

Mozarildo elogiou o trabalho do advogado-geral da União, Gilmar Mendes, no sentido de aperfeiçoar a AGU, e lembrou a missão institucional da autarquia, voltada para o controle dos atos administrativos e orientação ao administrador público para que os realize de maneira juridicamente correta.

Patrocínio pede que convênios sejam assinados logo

O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) dirigiu apelo ao ministro da Saúde, José Serra, para que sejam assinados imediatamente convênios entre a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e 84 municípios do Tocantins.

– Estou informado de que, se os convênios não forem firmados até o dia 20 de dezembro próximo, os recursos, da ordem de R\$ 76 milhões, cairão em exercícios findos, inviabilizando o repasse – afirmou.

Segundo Patrocínio, os convênios usariam recursos do Projeto Alvorada, para abastecimento de água, saneamento básico e melhorias urbanas em municípios carentes. Afirmou serem esses convênios muito importantes para a população do estado, uma vez que apenas 1% dos municípios conta com rede de esgoto sanitário.

GREVE

O senador manifestou satisfação com o fim da greve dos professores universitários, que durou mais de 100 dias. Ele afirmou que o Brasil não está em condições de desperdiçar um ano na vida universitária de tantos jovens. Patrocínio pediu que as aulas sejam repostas durante as férias, possibilitando a realização dos vestibulares.

Ele disse esperar que tenha rápida tramitação projeto a ser enviado pelo governo concedendo aumento para os salários dos professores universitários.



Contratos beneficiam 84 municípios, diz Patrocínio

Jucá destaca papel dos evangélicos na sociedade

Ao registrar a passagem do Dia do Evangélico, comemorado na última sexta-feira, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) afirmou que os religiosos, em suas distintas correntes, constituem hoje um exemplo da forma como a fé pode atuar também como importante vetor da promoção social dos indivíduos, contribuindo para uma sociedade mais harmônica, justa e plural.

– Em sua curta, porém intensa, história de cinco séculos, o Brasil conseguiu configurar-se perante as nações como um país multicultural de singular receptividade ao novo e ao estrangeiro, onde etnias, visões de mundo e convicções dessemelhantes convivem civilizadamente, atentas precipuamente ao desenvolvimento do homem e de seu ambiente. Conseguiu, assim, realizar, de forma modelar, o ecumenismo em sua feição mais admirável – analisou o parlamentar.

O senador informou que, no Brasil, as mais de 100 denominações evangélicas detêm a di-



Segundo Jucá, evangélicos representam 13% da população do país

reção espiritual de cerca de 23 milhões de pessoas, o que significa mais de 13% da população do país. Jucá destacou que as igrejas evangélicas têm efetiva atuação não apenas na assistência espiritual, mas também no trabalho de alfabetização de adultos, no estímulo ao hábito da leitura e na recuperação dos dependentes de álcool e de drogas.

Romero Jucá ressaltou ainda que os evangélicos ocupam hoje lugar de destaque na sociedade brasileira e preservam, como princípios inquestionáveis, os valores do amor a Deus, do respeito ao próximo, da tolerância e da prosperidade, permitindo a seus fiéis a conjugação de conforto espiritual e material.

Moreira lembra 22º aniversário do jornal “O Estadão do Norte”

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) lembrou o 22º aniversário de fundação do jornal *O Estadão do Norte*, comemorado no último dia 22 de novembro. O senador afirmou que o diário é o mais tradicional veículo de comunicação de Rondônia.

Ele disse que o jornal, fundado pelo empresário Mário Calixto Filho, ampliou sua área de atuação e transformou-se em um complexo de comunicação que engloba hoje emissoras de televisão e de rádio.

Moreira Mendes observou que, ao longo das duas décadas de existência, centenas de empregos foram gerados, para acrescentar que a equipe de *O Estadão* é muito mais do que um grupo de técnicos e jornalistas.

– Quem conhece seu corpo profissional sabe que eles formaram e formam cada dia mais uma verdadeira família, unida e trabalhadora, que nestes anos todos jamais faltou no calendário de nosso dia-a-dia – disse.

O senador salientou que são 22 anos de comunicação sem medo, de jornalismo independente, acurado e de plena e permanente vanguarda.

– A comunicação e o nosso estado estão em festa. Festa de aniversário de um veículo que, além de pioneiro e independente, depois de conquistar todos os rondonienses, como líder que sempre foi, agora conquista também o Brasil com *A Tribuna do Brasil*, de Brasília, o verdadeiro, maior e histórico presente de *O Estadão do Norte* – concluiu.



Moreira: diário é o mais tradicional veículo de Rondônia

Taxa mínima de energia elétrica pode ser proibida

A medida valerá para os consumidores residenciais, conforme projeto que deve ser votado hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos

A cobrança, pelas concessionárias de energia, de taxa mínima dos consumidores residenciais – suspensa pela Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – poderá ser definitivamente proibida. A medida consta de projeto de lei de autoria do senador Osmar Dias (PDT-PR) que deve ser examinado hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em reunião prevista para as 10h.

A proposta objetiva proteger os pequenos consumidores de energia. De acordo com o texto, somente será permitida a cobrança, para consumidores residenciais, pela energia efetivamente consumida, vedando-se a cobrança do custo de disponibilidade.

Na justificativa do projeto, que tem parecer favorável do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), o autor sustenta que a busca da economia de energia deve ser um objetivo permanente do país. “Se um pequeno consumidor souber que poderá economizar e pagar unicamente pelo que consumiu, ele terá todo o interesse em reduzir o seu consumo”, afirma Osmar.

Hartung pede novas metas de consumo para balneários

O senador Paulo Hartung (PSB-ES) leu em Plenário carta que enviou ao ministro Pedro Parente, coordenador da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, narrando sua preocupação com a redefinição das metas de consumo para economia de energia.

Hartung pediu ao ministro que adote metas realistas para balneários de veraneio, considerando o consumo dos meses de dezembro de 1999, janeiro e fevereiro de 2000, a fim de preservar a ade-



Osmar Dias, autor da proposta, pretende que o consumidor pague apenas a energia que consumiu



Amir Lando é relator de projeto sobre uso da energia solar que também está na pauta da CAE

Outro projeto em pauta na CAE propõe a modificação do Estatuto da Cidade para tornar obrigatória a instalação, em edificações de uso coletivo, de equipamentos hidráulicos que permitam a utilização de energia solar para aquecimento de água. Apresentado pelo senador Ricardo Santos (PSDB-ES), o projeto tem parecer favorável do relator, senador Amir Lando (PMDB-RO).

Ao analisar a proposta, Lando recorda que os chuveiros elétricos são responsáveis por 33% do consumo de uma residência e por 9% do consumo nacional de energia. A substituição dos chuveiros,

recorda o senador, tem sido dificultada pelos altos custos de adaptação dos sistemas hidráulicos das edificações.

Também deve ser examinado pela CAE – cuja pauta contém 22 itens – substitutivo da Câmara a projeto apresentado pelo Poder Executivo que regulamenta o trabalho temporário e as relações de trabalho nas empresas de prestação de serviços a terceiros. O relator da matéria, senador Paulo Souto (PFL-BA), decidiu acatar a maior parte das emendas apresentadas, por discordar de mudanças promovidas no texto original pelos deputados.

são da população na “solução da crise energética enfrentada pelo país e que, graças ao esforço de todos, vem sendo gradativamente superada”.

O senador lembrou que os municípios que sediam balneários experimentam “brutal aumento em sua população no verão”. A cidade de Guarapari (ES), com 80 mil habitantes, exemplificou, abriga na alta temporada população de 550 mil pessoas, aumentando o consumo de energia.

Para o parlamentar, a flexibilização permitida pelo governo é insuficiente, pois a base de cálculo adotou como parâmetro o trimestre maio, junho e julho de 2000, período de baixa temporada, quando é pequena a ocupação na rede hoteleira e é reduzido o uso de ar-condicionado.

O senador considera imprescindível que o governo leve em conta a importância da indústria do turismo na economia desses municípios.

Carlos Wilson: incompetência leva ao aumento de tarifa

O senador Carlos Wilson (PTB-PE) criticou a medida do governo de elevar as tarifas de energia elétrica para financiar as perdas de faturamento que as empresas distribuidoras tiveram devido ao racionamento. Segundo disse, a falta de planejamento do governo é a principal causa da crise do sistema de abastecimento energético.



Para Wilson, falta de planejamento do governo causou aumento

– Além de ser punido com o racionamento, o consumidor terá agora que arcar com um aumento de tarifas para cobrir o prejuízo das empresas distribuidoras de energia. Cabe ao consumidor bancar o risco dos capitalistas que investiram na compra das estatais.

Carlos Wilson ressaltou que a crise energética, fruto da “incompetência do governo”, provocou

aumento do desemprego e prejuízos a empresários. No entanto, disse, somente o prejuízo das distribuidoras será restituído, e com o “suor do trabalhador brasileiro”.

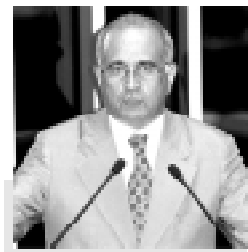
É absurda, afirmou, a decisão do governo de estabelecer metas de economia de 7% para algumas cidades turísticas nordestinas, observando que a seca no Nordeste persiste e que, segundo a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), os reservatórios do Rio São Francisco continuam abaixo dos níveis mínimos.

Leilão para novas hidrelétricas foi um sucesso, diz Paulo Souto

O senador Paulo Souto (PFL-BA) afirmou que foi “um sucesso” o leilão de 11 concessões para a construção de hidrelétricas em 10 estados, realizado sexta-feira pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Em discurso, o parlamentar informou que grupos privados brasileiros e estrangeiros chegaram a pagar ágio de até 3.000% sobre os preços mínimos estipulados para as concessões.

– É importante destacar esse fato positivo na economia nacional, num momento em que vemos tanta notícia negativa, em que se fala de racionamento de energia elétrica. Até agora, a Aneel vendeu 42 concessões para construção de novas usinas, as quais elevarão a capacidade geradora de eletricidade do país em 9.700 megawatts (MW) – disse. A produção brasileira é atualmente de 74 mil MW.

Segundo Souto, as 11 concessões renderão aos cofres públicos, ao longo de 35 anos, R\$ 4 bilhões, enquanto outros R\$ 5 bilhões se-



Paulo Souto: são 11 concessões leiloadas pela Aneel

rão gastos pelas empresas nas obras e equipamentos das novas hidrelétricas. A maioria dos grupos ganhadores vai gerar energia para consumo próprio, como empresas que produzem alumínio e ferro-liga. As novas usinas vão se localizar em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná, Tocantins, Goiás, Rio Grande do Sul, Bahia, Pará e Mato Grosso.

O processo regulatório do setor de eletricidade, depois do início da privatização, ainda contém falhas, avalia o senador. Ele acredita, no entanto, que elas serão corrigidas na medida em que se implanta o novo modelo. Assim mesmo, acrescentou Paulo Souto, os investidores privados acreditam na nova oportunidade e têm participado ativamente dos leilões para aproveitamento de quedas de água.

Em aparte, o senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) disse que o leilão permitirá a construção de duas novas hidrelétricas no Tocantins, obras importantes para o seu estado.

Valmir Amaral alerta para o risco de falta de água potável

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) chamou a atenção das autoridades públicas para a necessidade de se evitar possível carência de água potável no Brasil e no planeta. Ele disse recear que aconteça com a água o mesmo que



Amaral defende o estudo de alternativas para economizar água

ocorreu com a eletricidade, que precisou ser racionada devido ao desperdício e à ausência de planejamento.

– Não bastassem os transtornos causados pelo racionamento de luz e pela permanente ameaça de suspensão do fornecimento, convivemos também com a real possibilidade de que venha a faltar água, inclusive para uso domiciliar, alertou.

Ele observou que nas grandes cidades que convivem com o risco de corte de abastecimento, como Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro e todas as capitais nordestinas, a situação promete tornar-se insustentável em futuro próximo.

mo. Segundo ele, com a crônica falta de chuvas na Região Nordeste, as barragens vêm operando com 20% de sua capacidade.

O senador sugeriu o estudo de alternativas como o projeto Casa Zero, da Alemanha, que consiste na cons-

trução de residência em que a água usada nas pias e tanques é reutilizada para finalidades sanitárias. O projeto prevê ainda o consumo de água que existir no subsolo da residência e da obtida com as chuvas.

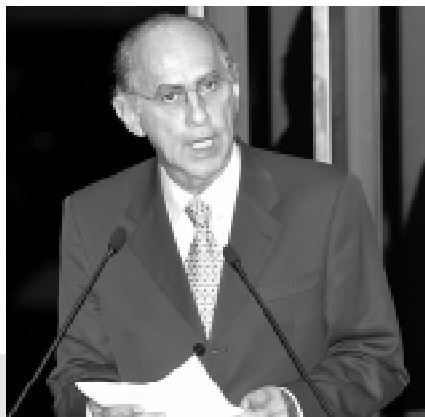
Amaral afirmou ainda ser preciso promover programas de conscientização da população para os riscos de escassez da água e da necessidade de economizá-la. Apenas no Brasil, a taxa de desperdício está em torno de 40%, informou, acrescentando que o Distrito Federal pode passar por rigoroso racionamento dentro de 15 anos, caso não sejam tomadas providências imediatas.

Mauro pede mais atenção do governo à agropecuária

Setor exportou, de janeiro a setembro, US\$ 2,1 bilhões, com crescimento de quase 50%, afirma o senador

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) reivindicou ontem mais atenção do governo ao setor agropecuário, uma vez que, no Brasil, são produzidos a carne, a soja, o açúcar, o álcool, o café e o suco de laranja mais competitivos do mundo. Segundo ele, de janeiro a setembro do corrente ano, os embarques ao exterior somaram US\$ 2,1 bilhões, um acréscimo de quase 50% sobre os valores do ano passado, disse.

O senador por Goiás reivindicou, ainda, mais oportunidades para o setor de produção de leite que emprega, somente em seu estado, 250 mil pessoas. Ele relatou o êxito da realização do Congresso de Produtores de Leite na América Latina, em Goiânia, quan-



Mauro Miranda reivindica mais oportunidades para os produtores de leite

do ficou patente sua força e potencial.

— Eles reivindicam financiamentos que assegurem ascensão profissional, para permitir que a classe produtora de leite possa exibir

números tão relevantes quanto os das demais atividades da agropecuária — afirmou.

Mauro lembrou que, na economia brasileira, o Produto Interno Bruto (PIB) do setor agroindustrial, que hoje gira em torno de R\$ 80 bilhões, apresentou um acréscimo de 4,1% nos oito primeiros meses de 2001, enquanto a economia como um todo cresceu, apenas, 1,7%.

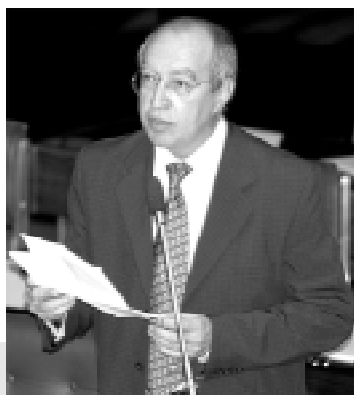
Diante desses resultados crescentes da agroindústria nacional, em especial a do estado de Goiás, Mauro Miranda pediu a inscrição, nos Anais do Senado, de um voto de reconhecimento e admiração aos produtores e trabalhadores do campo.

Alcântara destaca trabalho da organização WWF-Brasil

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) destacou a importância do trabalho desenvolvido pela organização não-governamental WWF-Brasil, considerada a maior e mais experiente entidade conservacionista do planeta. A instituição, afirmou, busca harmonizar a atividade humana com a preservação da biodiversidade e o uso racional dos recursos naturais renováveis em benefício dos brasileiros. A WWF, observou ele, mantém nove programas, que comportam 52 projetos de atuação direta ou em colaboração com outras ONGs.

Alcântara informou que recebeu relatório de atividades do período 1999-2000 da WWF, que cita a criação do Programa de Conservação e Gestão de Água Doce, que dispõe sobre a quantidade de reservas de água doce e sobre os racionamentos que começam a atingir o dia-a-dia da população.

Outro trabalho importante da entidade, afirmou Alcântara, diz respeito à introdução do conceito de ecorregiões e do novo mapa da natureza brasileira, desenvolvidos em colaboração com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama).



Alcântara lembrou que a WWF é considerada a mais experiente entidade conservacionista

— Com atividades realizadas no interior de comunidades locais, são gerados benefícios diretos para as populações, como formação de renda e consolidação de benefícios econômicos duradouros e socialmente justos — afirmou o senador, enfatizando a atuação exemplar da WWF com relação ao esforço despendido no desenvolvimento de alternativas de uso racional da natureza.

Segundo Alcântara, para alcançar a efetividade em suas ações, a WWF estabeleceu estratégias que incluem desenvolvimento de modelos alternativos de conservação e uso de recursos naturais, capacitação e desenvolvimento de parcerias.

Jucá elogia Confederação do Comércio

A Confederação Nacional do Comércio (CNC) desenvolve trabalho essencial para o setor de serviços do Brasil, segundo afirmou o senador Romero Jucá (PSDB-RR). Ele destacou que a confederação representa cerca de 2,5 milhões de empresas, que empregam aproximadamente 17 milhões de brasileiros.

— É realmente difícil dar a dimensão exata da atuação da confederação na defesa da liberdade de iniciativa, da economia formal e da legitimidade da representação empresarial por setor e organizada por meio de sindicatos livres.

A CNC, observou Jucá, não poupa esforços em busca da melhora das condições de seus representantes. Por isso, acrescentou, luta em prol da simplificação dos trâmites burocráticos para a criação de empresas, pelo estabelecimento de uma legislação menos passível de interpretações dúbias — o que historicamente propicia a corrupção em todos os níveis de fiscalização — e pela simplificação do sistema tributário, em busca da atribuição de uma carga mais justa.

— Muito mais se poderia falar sobre a confederação, mas creio que a nenhum de nós é estranha essa organização e as instituições que ela patrocina — o Sesc e o Senac — disse.

Freire: avanço tecnológico fortalece a democracia

A incorporação de tecnologias modernas à prática parlamentar no Senado Federal foi apresentada pelo senador Roberto Freire (PPS-PE) em seminário realizado no último dia 11, pelo Senado da Espanha, para debater o papel da tecnologia no Parlamento. Embora reconhecendo não conhecer largamente as experiências dos outros países, Freire disse acreditar que nesse quesito o Brasil está bastante avançado.

— Somos um país relativamente novo, permeável à modernidade, com uma cultura bastante aberta, o que facilita ultrapassar certas barreiras conservadoras e tradições históricas comuns às chamadas grandes democracias ocidentais. Os Parlamentos não podem se converter em centros do atraso.

Freire destacou o trabalho desenvolvido pelo Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen) durante a Assembléia Nacional Constituinte; a comunidade virtual do Poder Legislativo brasileiro, Interlegis, que possibilitou a implantação, através da Internet, de uma rede de comunicação e informação entre os parlamentares de todo o país, nas esferas federal, estadual e municipal; o complexo de comunicação formado pela



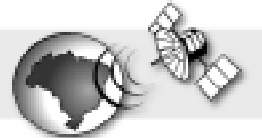
Freire: "Devemos analisar possibilidade de a sociedade votar diretamente alguns projetos"

Agência Senado, *Jornal do Senado*, Rádio Senado e TV Senado, além do serviço telefônico A Voz do Cidadão, da Biblioteca do Senado, da Subsecretaria de Edições Técnicas e da Gráfica do Senado.

Freire ressaltou que, com a revolução técnico-científica, abriram-se enormes espaços para a incorporação de práticas de democracia direta, antes algo impossível no contexto da sociedade de massa.

— Acredito, por exemplo, que já devemos analisar seriamente a possibilidade de a sociedade poder votar diretamente alguns projetos, particularmente quando estes podem provocar impactos de grande relevância — concluiu.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Cidadania* — O senador Lúcio Alcântara e a advogada Márcia Ribas falam sobre estabilidade para portadores de HIV
7h30 — *Entrevista* — O senador Alberto Silva fala sobre o biodiesel
8h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
8h30 — *Saúde/Unip* — Alcoolismo — Parte 1
9h — *As Cores do Brasil* — Forte de Copacabana
9h15 — *Senado Informa* (ao vivo)
9h30 — CPI do Futebol — Reunião para a apresentação do relatório final da comissão (ao vivo)
Logo após — Comissão de Educação — 14 itens em pauta
14h15 — *Senado Informa* (ao vivo)
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo Após — *Senado Informa* (ao vivo)
Logo Após — Comissão de Infra-Estrutura — Sete itens em pauta: entre eles, indicação de nomes para diretorias da ANP (ao vivo)
20h30 — *Entrevista* — O senador Lúcio Coelho fala sobre reformas estruturais
21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
21h30 — Comissão Especial do Rio São Francisco — Reunião para eleição do novo presidente e audiência pública: José Teodomiro de Araújo,

presidente do Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (gravado)
Logo Após — Sessão Plenária (reapresentação)
Para exibir:
17h30 — Comissão do Mercosul
17h30 — Comissão de Relações Exteriores — três itens em pauta: indicação de embaixadores para África do Sul, Bélgica e Argentina

RÁDIO SENADO

HOJE

7h — Música, informação e serviço
7h30 — *Senado Notícias* em ondas curtas para as regiões Norte/Nordeste
8h — *Senado Primeira Hora* — As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h — Música, informação e serviço
9h30 — CPI do Futebol
Em seguida — Comissão de Assuntos Econômicos
13h30 — *Tanto Mar* — Música em Língua Portuguesa pelo Mundo
14h15 — *Senado Notícias* — Edição da Tarde
14h30 — Sessão Plenária do Senado
19h30 — *A Voz do Brasil*
20h — Música, informação e serviço
20h30 — *Tanto Mar* — Música em Língua Portuguesa pelo Mundo (reprise)
22h — *Senado Notícias* — Edição da Noite
23h — *Jazz e Tal*

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

CCJ busca acordo sobre eletrificação rural

Empresas concessionárias questionam na Justiça constitucionalidade de resolução da Aneel que regulamenta o funcionamento de cooperativas distribuidoras. Audiência pública não conseguiu superar o impasse



Para Carlos Bezerra, Sebrae funciona como alavanca do desenvolvimento nacional

Carlos Bezerra destaca atuação do Sebrae

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) destacou a importância do trabalho desenvolvido pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) como uma espécie de alavanca do desenvolvimento nacional, contribuindo decisivamente para que milhares de pessoas possam abrir e bem gerir seus negócios. O Sebrae, informou o parlamentar, possui hoje mais de 500 pontos de atendimento e está presente no Distrito Federal e nos 26 estados.

Carlos Bezerra destacou, entre as iniciativas do Sebrae, o programa Novos Negócios, que abrangerá os mais diversos setores da atividade empresarial e funcionará como projeto-piloto no Distrito Federal, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul.

Citando o diretor-presidente do Sebrae, Sérgio Moreira, o senador informou que o programa Novos Negócios dará prioridade ao pequeno lojista da periferia, com a realização de cursos de treinamento e de capacitação, além de oferecer-lhe apoio em forma de consultoria.

— A relevância de um programa desse tipo pode também ser comprovada pela preocupação de oferecer condições de acesso do pequeno comércio da periferia ao sistema de tele-entrega e de vendas por cartão de crédito — concluiu o parlamentar.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realizou audiência pública ontem, atendendo a requerimento do senador Osmar Dias (PDT-PR), para mediar um acordo entre empresas concessionárias de energia elétrica e cooperativas distribuidoras de eletrificação rural. As concessionárias estão questionando na Justiça a constitucionalidade da Resolução 333 da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que regulamenta o funcionamento dessas cooperativas.

A Justiça determinou a suspensão da resolução, paralisando na Aneel o processo administrativo de regularização de várias cooperativas que fazem eletrificação rural como permissionárias. Essa ação judicial é o principal ponto de conflito entre as duas partes. As cooperativas querem que a ação seja suspensa para iniciar a negociação. As concessionárias querem que a negociação e a ação judicial corram paralelas.

Estiveram presentes à audiência o diretor-geral da Aneel, José Mário Miranda Abdo; o representante da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Paulo Holsback; o diretor do Departamento de Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, Marcelo Khaled Poppe; o presidente da Confederação Nacional das Cooperativas de Infra-Estrutura (Infracoop), Jânio Vital Stefanello, e o diretor da Rechtel Engenharia,



Audiência proposta por Osmar Dias reuniu concessionárias, cooperativas e órgãos governamentais

Odílio Ortigoza Lobo.

O representante da Abradee disse que a resolução da Aneel foi feita após debate em audiência pública, mas, ao ser editada, alguns dos itens não atendiam às reivindicações das concessionárias, o que gerou a ação na Justiça. Para ele, o entendimento com as cooperativas pode ser iniciado sem que a ação judicial seja suspensa. “Em nenhum momento a Abradee criou obstáculos ao entendimento”, afirmou.

Marcelo Khaled Poppe afirmou que o assunto tem preocupado o Ministério de Minas e Energia, principalmente em relação à forma de prestar esse serviço público. Ele entende que

é possível equacionar o problema, pois as conversas preliminares já estão adiantadas.

O presidente da Infracoop afirmou que as cooperativas não querem o conflito. “Queremos o entendimento, mas a busca de solução tem que ser de todos e não de algumas partes.” Jânio Vital insistiu na suspensão do processo judicial das concessionárias como premissa para a negociação. Segundo ele, 128 processos administrativos de regularização de cooperativas estão paralisados na Aneel devido a essa ação judicial e, se a ação fosse suspensa, os contratos de permissão já concluídos poderiam ser assinados.

José Mário Abdo explicou o processo de regularização das cooperativas no âmbito da Aneel e apresentou propostas de aperfeiçoamento da resolução que está *sub judice*. “Ouvimos as partes, aparamos arestas e buscamos a convergência”, frisou. Ele anunciou também ter encaminhado ontem uma minuta de nova resolução à Abradee e à Infracoop. Dentre as mudanças, Abdo destacou a manutenção do *status* de permissionárias para as cooperativas que estejam devidamente regularizadas, o impedimento de competição entre cooperativas e distribuidoras na mesma área geográfica e o respeito aos direitos das partes.

Osmar Dias lamenta falta de entendimento, mas vê pontos positivos na audiência pública

O senador Osmar Dias tentou, sem sucesso, promover o entendimento entre as concessionárias de energia elétrica e as cooperativas de eletrificação rural, em torno da resolução do governo que regula a atuação destas últimas. Por iniciativa do senador, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realizou a audiência pública com representantes das duas partes e do governo para viabilizar um acordo que abrisse caminho à regulamentação de um setor responsável pelo abastecimento de cerca de 730 mil propriedades rurais em todo o país.

A intenção de Osmar Dias era

obter do representante da Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee), Paulo Holsback, o compromisso de retirar a ação judicial que questiona a constitucionalidade da regulamentação das cooperativas e iniciar um debate entre elas, concessionárias e permissionárias.

“Não seria melhor rever a posição das distribuidoras e partir para um acordo que seria benéfico para toda a sociedade brasileira?”, perguntou o senador a Paulo Holsback, levantando ainda a possibilidade de que todo o sistema elétrico caia em descrédito em consequência da ação

que paralisa a regularização das cooperativas.

Apesar de a sugestão de retirada da ação não ter sido aceita pelas empresas, o senador viu pontos positivos na audiência pública. Ele ressaltou a participação do diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), José Mário Abdo, que apresentou a proposta do órgão para pôr fim ao impasse. Entre os compromissos assumidos pela Aneel estão o financiamento das cooperativas de eletrificação e a definição de condições de suprimento de energia às concessionárias, permissionárias e cooperativas.

Aprovadas cinco emissoras comunitárias

O Senado autorizou ontem o funcionamento de cinco rádios comunitárias. São elas: Beneficência Institucional Básica Integrada, de Sanharó (PE); Associação Comunitária e de Radiodifusão para o Desenvolvimento Artístico e Cultural Nova Onda, de Carmo do Rio Claro (MG); Amazônia em Defesa e Proteção do Meio Ambiente, de Benjamin Constant (AM); Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei, de Borba (AM), e Associação Comunitária de Comunicação e Cultural de Otacílio Costa, de Otacílio Costa (SC).

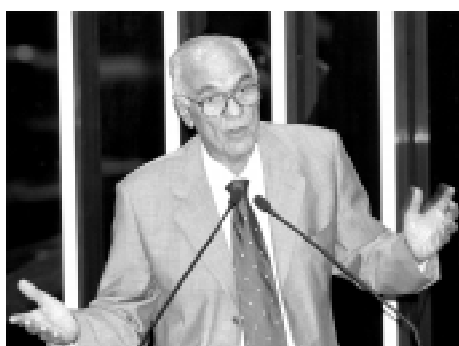
Saturnino não acredita em dolarização na Argentina

Para o senador, o caminho mais provável é o da desvalorização da moeda, "ainda que passando por algumas etapas e enfrentando grandes sacrifícios"

Ao afirmar que a Argentina atingiu o ponto crítico no caminho que leva à insolvência, o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) declarou não acreditar que o país dolarize a economia, pois dificilmente a população aceitará renunciar à sua soberania. A Argentina, entende Saturnino, terá que caminhar para a desvalorização da moeda, "ainda que passando por algumas etapas e enfrentando grandes sacrifícios".

A situação da Argentina, na avaliação do senador, mostra o quanto pode ser danosa a política de câmbio fixo atrelado ao dólar. Ele lembrou que o Brasil também sofreu prejuízos ao ancorar sua moeda ao dólar, no primeiro governo Fernando Henrique. A adoção do câmbio flexível salvou o país de seguir o caminho argentino, observou.

Mesmo ressaltando que a situação do Brasil hoje é diferente da vi-



Saturnino lamenta a dependência do Brasil diante do capital externo

vida pela Argentina, Roberto Saturnino manifestou preocupação com os destinos da economia brasileira. Para ele, a dependência de capital externo coloca o país numa situação de quase impossibilidade de tomar resoluções soberanas sem a concordância das autoridades do mercado financeiro internacional.

Saturnino disse que o governo não conseguirá honrar seus compromissos apenas apostando no crescimento das exportações. Ele defendeu a necessidade de atenção

diária e constante ao câmbio e o estabelecimento de um maior controle nas saídas de capital nacional. Outra medida defendida pelo senador é o país passar a encarar a possibilidade de renegociar sua dívida externa. Nesse sentido, ele criticou declarações do ministro da Fazenda, Pedro Malan, contrárias à sugestão da vice-diretora do Fundo Monetário Internacional (FMI), Anne Krueger, de que deveria haver uma reestruturação da dívida dos países emergentes.

Em aparte, o senador José Alencar (PL-MG) concordou com a necessidade de o Brasil renegociar sua dívida. "Não é nenhum pecado", disse. Já o senador Lindberg Fery (PFL-DF) informou que os resultados da IV Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada no Qatar — na qual ele representou o Senado —, indicam a possibilidade de o Brasil ampliar suas exportações na área da agricultura.

Hartung aponta resultados positivos de reunião da OMC

Os resultados obtidos na IV Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio, realizada em Doha, Qatar, de 9 a 13 de novembro, foram positivos, especialmente para o Brasil, que reforçou sua posição como interlocutor no processo de integração internacional, avaliou o senador Paulo Hartung (PSB-ES). Ele afirmou que, ao final do encontro, todos os 142 países participantes tinham motivos para comemorar.

O senador lembrou que a maioria dos analistas argumenta que os atentados de 11 de setembro propiciaram um clima mais cooperativo entre as nações. Um dos avanços, assinalou, foi o compromisso de uma nova rodada de negociações sobre o comércio internacional, que se desenvolverá de janeiro de 2002



Paulo Hartung saudou a aceitação da quebra de patentes farmacêuticas

ao fim de 2005, com pauta ampla.

Outro avanço importante, na avaliação de Hartung, foi a admissão de negociações em torno das medidas anti-dumping, mesmo que não signifique que os Estados Unidos abandonarão essa prática. Para ele, é apenas um primeiro passo para que o Brasil possa questionar "essa outra forma de protecionismo", já que mais de 60% das exportações brasileiras para os EUA sofrem alguma restrição.

Já a aceitação da quebra de patentes farmacêuticas no caso de ameaça à saúde pública "foi a mais emblemática vitória brasileira em Doha", frisou Hartung. Ele afirmou que o Brasil foi pioneiro na luta pelo reconhecimento da prioridade da saúde e da vida sobre os acordos de propriedade intelectual.

Aprovado acordo de cooperação entre Brasil e Rússia

Acordo de parceria entre o Brasil e a Rússia foi aprovado ontem pelo Senado. Nos termos do acordo, firmado em Moscou no dia 22 de junho, os dois países desenvolverão relações de cooperação respeitando a Carta das Nações Unidas e outros documentos fundamentais do Direito Internacional. O tratado aponta as principais áreas em que há interesse mútuo de cooperação, como uso pacífico de energia nuclear, aproveitamento pacífico do espaço exterior, preservação do meio ambiente e combate ao crime organizado. A matéria vai à promulgação.

O texto do acordo já havia sido examinado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), onde teve parecer favorável do senador Gilberto Messtrinho (PMDB-AM). Também foi aprovado parecer do senador José Fogaça (PPS-RS) na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.

Requião: Congresso deve opinar nas negociações internacionais

Presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) deseja que o Congresso Nacional acompanhe do início ao fim as negociações realizadas pelo governo para a assinatura de acordos internacionais. Para isso, ele está pedindo a aprovação de emenda à Constituição condicionando a um relatório autorizativo do Legislativo a assinatura dos atos, acordos, convênios e tratados internacionais.

O senador entende que, para enfrentar o desafio de uma nova ordem econômica globalizada, é fundamental que o Congresso faça a mudança. Em sua opinião, essa é uma forma transparente de defender os interesses econômicos nacionais, a exemplo do que fazem os países mais desenvolvidos do mundo, como os Estados Unidos, e economias em desenvolvimento, como a Índia e a China.

Requião avalia que, com a emenda constitucional, o Parlamento brasileiro teria que montar, de imediato, uma estrutura leve, porém ágil, para o estudo de propostas de negociação para o ingresso do Brasil no bloco econômico da União Europeia e possivelmente na Área de Livre Comércio das Américas (Alca), além de buscar acelerar as negociações destinadas ao fortalecimento do Mercosul.

A esse respeito, o senador obser-



Para Roberto Requião, Congresso deve acompanhar todas as etapas das negociações internacionais

vou que dez anos já se passaram sem que o Executivo abrisse mão da hegemonia que detém na condução das negociações econômicas, comerciais, culturais e até políticas concernentes ao Mercosul. Isso apesar de existir uma Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul e as Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara e do Senado.

Requião acrescentou que cresce no mundo inteiro a participação do Parlamento no processo de formulação, negociação e implantação da política exterior das nações. No entanto, no Brasil, "prevalece a visão ultrapassada de que as questões de política exterior são de exclusiva competência do Executivo, cabendo ao Legislativo apenas a função homologatória".

Comissão do Mercosul analisa plebiscito sobre ingresso na Alca

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul discute hoje, a partir das 17h30, minuta de proposta de emenda à Constituição (PEC) de autoria do senador Roberto Requião (PMDB-PR) segundo a qual serão submetidos ao crivo do Congresso Nacional todos os atos, acordos, convênios e tratados sobre matéria de comércio internacional, desde o início de suas negociações e elaboração pelo Poder Executivo, até a fase de conclusão para assinatura entre o Brasil e os países signatários. Na mesma reunião, será analisado relatório da senadora Emilia Fernandes (PT-RS) a projeto de decreto legislativo do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) que propõe a convocação de plebiscito sobre o ingresso do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

A PEC de Requião altera dois artigos da Constituição: o 49, que trata das competências exclusivas do Congresso, e o 84, relativo às competências privativas da Presidência da República. Se for aprovada, o presidente da República terá de prestar contas ao Legislativo de todas as etapas das negociações relativas a comércio internacional.

Quanto ao plebiscito, Saturnino sugere a realização de uma consulta popular sobre a suspensão, pelo prazo de 20 anos, das negociações para o ingresso do Brasil na Alca. Na semana passada, a Comissão do Mercosul discutiu o projeto, mas adiou a votação do parecer de Emilia Fernandes, que apresentou emenda reduzindo o prazo de suspensão do plebiscito de 20 para 15 anos.